



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS - CE

Recebido em 19/04/13 Horas 10h

Paulo Roberto
Funcionário(a) Responsável

EMENDA APROVADA
EM: 22 / 04 / 2013
[Assinatura]
PRESIDENTE

Emenda modificativa ao Projeto de Lei n. 006/2013 do Poder Executivo.

Os artigos do Projeto de Lei retromencionado ficam modificados, doravante tendo a seguinte redação:

Art. 1º. – Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2013, destinado a promover a regularização dos créditos tributários e não tributários do Município, decorrentes de débitos relativos à Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Taxa de Alvará de Localização e Funcionamento, Contribuição de Melhoria, Taxas relativas a Alvarás de Construção e Habite-se, Multas e Devoluções pecuniárias impostas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE), constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º. – Os débitos tributários e não tributários alcançados por este programa serão consolidados de acordo com a legislação em vigor, apurados até o mês de março do corrente exercício financeiro e poderão ser quitados na seguinte forma:

- Parcela única com o pagamento no ato da adesão, com anistia total dos juros e da multa de mora;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 90% (noventa por cento) dos juros e da multa de mora, não podendo o valor da parcela ser inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais) para pessoas físicas e R\$ 80,00 (oitenta reais) para pessoas jurídicas;
- Em até 60 (sessenta) parcelas, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa de mora, não podendo o valor da parcela ser inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais) para pessoas físicas e R\$ 80,00 (oitenta reais) para pessoas jurídicas;
- Em até 120 (cento e vinte) parcelas, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 40% (quarenta por cento) dos juros e da multa de mora, não podendo o valor da parcela ser inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais) para pessoas físicas e R\$ 80,00 (oitenta reais) para pessoas jurídicas;

- Em até 180 (cento e oitenta) parcelas, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 20% (vinte por cento) dos juros e da multa de mora, não podendo o valor da parcela ser inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais) para pessoas físicas e R\$ 80,00 (oitenta reais) para pessoas jurídicas;

Parágrafo 1º. – Ficam anistiados os débitos individualizados por contribuinte cujo valor sejam inferiores a R\$ 500,00 (quinhentos reais);

Parágrafo 2º. – Em qualquer forma de parcelamento dos débitos tributários e não tributários apurados e consolidados, será permitido por força deste instrumento, a compensação dos débitos por créditos atualizados e consolidados, inscritos ou não em despesas de exercícios anteriores, que porventura o contribuinte devedor venha a possuir junto ao erário municipal;

Parágrafo 3º. – Será admitido a utilização de créditos de terceiros, para efeito de compensação dos débitos apurados consolidados, até o valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada contribuinte devedor;

Parágrafo 4º. – A utilização de créditos de terceiros, que se refere o parágrafo anterior, deve ser legalizada através de termo de cessão de direitos creditícios, devidamente registrado em cartório.

Art. 3º. – Tratando-se de débito tributário ou não tributário inscrito em dívida ativa, em processo de execução fiscal já ajuizada, para adesão ao programa e consequente extinção de processo ou o pedido de suspensão da ação, na hipótese de parcelamento, este deverá ser instruído com a anuência do devedor para que o valor dos honorários advocatícios sejam incluídos na negociação.

Parágrafo 1º. – Os contribuintes que comprovarem hipossuficiência e apresentarem estudo social emitido pela Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social ficarão dispensados do pagamento dos honorários advocatícios.

Plenário, 19 de abril de 2013.


Vereadora KÁTIA MARIA DOS SANTOS SOARES
Proponente



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS -
Recebido em 27/03/13 Horas 12

Funcionário(a) Responsável

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 006/2013

Nova Russas/CE, 26 de março de 2013.

APROVADO COM EMENDAS
EM ANEXO

Data

22/04/2013

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores.

Temos a honra de submeter para deliberação e apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, Mensagem e Projeto de Lei que **INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL**.

Nobres Vereadores, é mister esclarecer a Vossas Excelências, que o presente projeto tem por finalidade propiciar e incentivar a população de Nova Russas, a regularização dos débitos tributários, bem como viabilizar e aumentar incremento da receita tributária do Município.

Com a presente proposta buscamos atender as determinações da LRF e, paralelamente, dar ao contribuinte que possui débitos em atraso com a Fazenda Municipal a possibilidade de regularizar sua situação, como já asseverado, através de adoção de regime especial de parcelamento, com redução de multa e juros incidentes sobre os valores lançados.

Cabe lembrar que o presente REFIS tem prazo de validade determinado, 180 (cento e oitenta dias), não podendo ultrapassar referido prazo.

Expostas as razões ensejadoras desta iniciativa, buscando gerir com austeridade os recursos confiados ao Poder Público e em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, esperamos a aprovação do Projeto de Lei em tela, com pedido de tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**, nos termos do artigo 57 da Lei Orgânica Município, sem prejuízo de uma ampla e democrática discussão entre o Legislativo e o Executivo.

Nesta oportunidade, renovamos votos de estima e consideração.

GONÇALO SOUTO DIOGO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 006/2013.

**EMENTA: INSTITUI PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ, Sr. Gonçalo Souto Diogo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 64 da Lei Orgânica do Município, submete a deliberação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

DO OBJETO

Art. 1. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013, destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos relativos à Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano- IPTU, Imposto Sobre Serviço- ISS, Taxa de Alvará de localização e Funcionamento, Contribuição de Melhoria, Taxas relativas a Alvarás de Construção e Habite-se, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**DA APURAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO, PARCELAMENTO
E COMPENSAÇÃO DOS DÉBITOS**

Art. 2. Os débitos tributários alcançados por este programa serão consolidados de acordo com a legislação em vigor, apurados até o exercício de 2012 e, poderão ser quitados na seguinte forma:

I. Parcela única com o pagamento no ato da adesão, com anistia total dos juros e da multa de mora;

II. Em até 4 (quatro) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 90% (noventa por cento) dos juros e da multa de mora;

III. Em até 12 (doze) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa de mora;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
GABINETE DO PREFEITO

IV. Em até 24 (vinte e quatro) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 40% (quarenta por cento) dos juros e da multa de mora, desde que o débito apurado e consolidado seja superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

V. Em até 36 (trinta e seis) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com anistia de 20% (vinte por cento) dos juros e da multa de mora, desde que o débito apurado e consolidado seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

§ 1º Para os débitos apurados e consolidados, inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pode-se aplicar as formas descritas nos itens I, II e III;

§ 2º Para efeito de aplicação da forma descrita no item IV e V, considerar-se-á os limites estabelecidos, após o desconto do valor apurado pelo percentual concedido como anistia, já especificado em cada item;

§ 3º Em qualquer forma de parcelamento dos débitos tributários apurados e consolidados, será permitido por força deste instrumento, a compensação dos débitos por créditos atualizados e consolidados, que por ventura o contribuinte devedor, venha a possuir junto ao erário municipal;

§ 4º Será admitido à utilização de créditos de terceiros, para efeito de compensação dos débitos apurados consolidados, até o valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada contribuinte devedor;

§ 5º A utilização de créditos de terceiros, que se refere o parágrafo anterior, deve ser legalizada através de termo de cessão de direitos creditícios, devidamente registrado em cartório e se fazendo acompanhar por demais documentos que a fazenda pública municipal considerar como exigível;

DA ADESÃO E SUSPENSÃO DE EXECUÇÕES

Art. 3. Tratando-se de débito tributário inscrito em dívida ativa, em processo de execução fiscal já ajuizada, para adesão ao programa e, consequente extinção do processo ou o pedido de suspensão da ação, na hipótese de parcelamento, este deverá ser instruído com o comprovante do pagamento dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o montante da dívida.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º Aderindo ao REFIS o contribuinte deverá quitar a verba honorária juntamente com o pagamento da primeira parcela.

§ 2º Os contribuintes que comprovarem hipossuficiência e apresentarem Estudo Social emitido pela Secretaria do Bem Estar Social, ficarão dispensados do pagamento dos honorários advocatícios.

Art. 4. A adesão ao Programa REFIS poderá ser feita:

I. Verbalmente, somente para pagamento à vista;

II. Por requerimento, através de formulário próprio, enviado por correio ou correio eletrônico, firmado pelo devedor responsável tributário ou sucessor, para pagamento dos seus débitos com opção por pagamento parcelado, sujeitando-se o requerente:

a) Na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais consolidados;

b) Em expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou judicial, além da desistência dos eventualmente interpostos;

c) Na suspensão do prazo da prescrição da cobrança do débito enquanto durar o parcelamento e desde que não ocorram as hipóteses previstas no art. 6º desta Lei;

d) Na obrigação de pagar regular e pontualmente as parcelas do débito consolidado de acordo com a opção escolhida, bem como, dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à adesão a este programa.

JUSTIFICATIVA
Parágrafo único. No caso do devedor fazer-se representar por procurador, quando a opção for pelo parcelamento, será aceita a adesão mediante a apresentação do instrumento público de mandato ou instrumento particular com firma reconhecida, conferindo poderes de representação junto à Fazenda Pública de Nova Russas, para transigir, confessar dívidas, firmar Termo de Adesão ao REFIS, mencionando expressamente a presente lei.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
GABINETE DO PREFEITO

DA REVOGAÇÃO

Art. 5. O parcelamento será revogado, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas consecutivas ou de 4 (quatro) alternadas, o que primeiro ocorrer;

II. Pela inadimplência do pagamento de qualquer obrigação tributária relativo a fatos geradores ocorridos após a data de adesão;

III. Se constatada a utilização de informação ou documento falso ou qualquer vício que frustre ou burle os objetivos desta lei, respondendo o autor civil e criminalmente pelos atos que deu causa.

§ 1º Sobre parcela paga em atraso, incidirá correção monetária pelo índice adotado pelo Município, e juros de 1% (um por cento) ao mês, e multa de mora diária de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento).

§ 2º Quando se tratar de parcelamento de débito objeto de execução fiscal, em que ocorrer a revogação prevista neste artigo, o processo terá seu prosseguimento retomado, pelo valor do débito consolidado, acrescido de todos os encargos legais vigentes à época do lançamento, deduzindo-se as importâncias eventualmente quitadas, as quais deverão ser informadas nos respectivos autos através de demonstrativo ou certidão específica.

§ 3º Quando a mesma execução fiscal versar sobre dívida de mais de um imóvel, cadastro tributário ou certidão de dívida ativa, informar-se-á ao Juízo competente a ocorrência da adesão parcial ao REFIS, prosseguindo-se o feito quanto aos demais débitos.

§ 4º Revogado o parcelamento, deve o Órgão Tributário estornar a dívida mantendo o débito original, deduzindo-se os pagamentos porventura realizados com o REFIS.

§ 5º Tratando-se de débitos resultantes de revogação do parcelamento de REFIS, não será possível adesão a novo parcelamento neste REFIS, sendo autorizado apenas a adesão para pagamento em parcela única.